



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE FUTEBOL



Relatório de Gestão e Contas
Época 2006/2007

RELATÓRIO DE GESTÃO DA DIRECÇÃO DA
FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE FUTEBOL



Senhores Associados,

No cumprimento das obrigações estatutárias, a Direcção da FPF tem a honra de submeter à Vossa apreciação o relatório e contas relativo à época 2006/2007, que compreendem:

- ☞ O relatório de gestão,
- ☞ O balanço analítico,
- ☞ As demonstrações dos resultados por naturezas e por funções,
- ☞ A demonstração dos fluxos de caixa,
- ☞ O anexo ao balanço e às demonstrações dos resultados.

1. INTRODUÇÃO

Este é, o primeiro relatório de gestão, de um novo mandato conferido pelos Associados para a época de 2007/2011 e cuja tomada de posse teve lugar a 13 de Janeiro último. Com esta encetamos novo ciclo, sempre com o mesmo objectivo **fazer mais e melhor**, sendo que o **fazer** inequivocamente diz-nos que temos de competir, participar. Outrossim, o **mais e melhor** já significa competitividade, e esta faz-se com planeamento de modo a consolidar o projecto que temos para a organização FPF em todas as suas vertentes; isto é, como dizia Pessoa organizar a organização é preciso, permanente. Tarefa que cabe a todos os intervenientes do processo já que dever-se-á ver esta organização, a nossa, como um **cluster** tal como definiu Porter para o sucesso da empresa. E, o sucesso é termo vago, antes de obra feita, só existe no dicionário.

Portanto, se cada um de nós achar que boas são as suas tarefas, ruins são as dos outros; não há sucesso. Com efeito temos de pugnar sempre por objectivos ambiciosos; melhores resultados desportivos, mais resultados económicos.

Nesta conformidade poder-se-á dizer, sem ambiguidades, que entrámos numa matriz do *operacional* e do *corrente*. Isto é; corrente é que estejamos sempre em todas as provas, corrente é que nessas tenhamos resultados desportivos que façam carrear meios monetários para a organização, traduzidos em *resultados operacionais*, já o *extraordinário* é algo de ocasional e esse, pouco acrescenta aos resultados económicos. Aliás, os novos normativos contabilísticos já apontam neste sentido.

Daí que, como de princípio, fazemos uma exposição da evolução do desempenho da actividade económico-financeira da época finda, não sem antes referir que os



resultados operacionais têm de ser interpretados em derrogação do princípio da comparabilidade porquanto, na linha do que abordáramos em tempo, os eventos desportivos passaram a ser enquadrados contabilisticamente no âmbito da exploração operacional em contraponto com a velha prática do apuramento por via de resultados extraordinários, sendo certo que é apenas uma questão de metodologia já que, o que nos apraz avaliar é, sem dúvida, a última linha do mapa das Demonstrações dos Resultados.

Com efeito, o resultado operacional, comparativamente, com os exercícios anteriores também é negativo, menos negativo, passe a redundância, nesta época de apenas 453.680 €. Por outro lado, como se dá conta, foram os resultados financeiros que trouxeram - bem se vê - pela via da poupança, 502.592,23 € possibilitando fechar a época com um resultado líquido positivo.

Gostaríamos ainda de referir (o óbvio) que o mundo empresarial nos seus relatórios e contas à míngua de resultados ou em razão deles, explana sempre naturais apreensões em virtude "n" factores, quer sejam inerentes aos constantes aumentos dos custos energéticos, ou das políticas de impostos, das concorrências dos mercados assimétricos, etc., etc. Nós, nós que gerimos jogos em ordem ao lazer e prazer, nós que gerimos vontades, gerimos competições e inerentes oportunidades sociais num mundo, também ele, nesta matéria, em agitação, no qual com algum esforço (pouco, pensamos nós) podemos contribuir de forma decisiva para a construção de um outro mundo melhor, mais justo, mais racional, mais humano, mais equilibrado e que só é possível de acontecer pela mão do desporto e no caso vertente do futebol, modalidade que despoleta paixões. E, por via deste mais podemos ajudar a tornar os povos mais fraternos, pese embora tudo quanto de mau é visto pelos "*mal dizentes*" de todos, e de tudo.

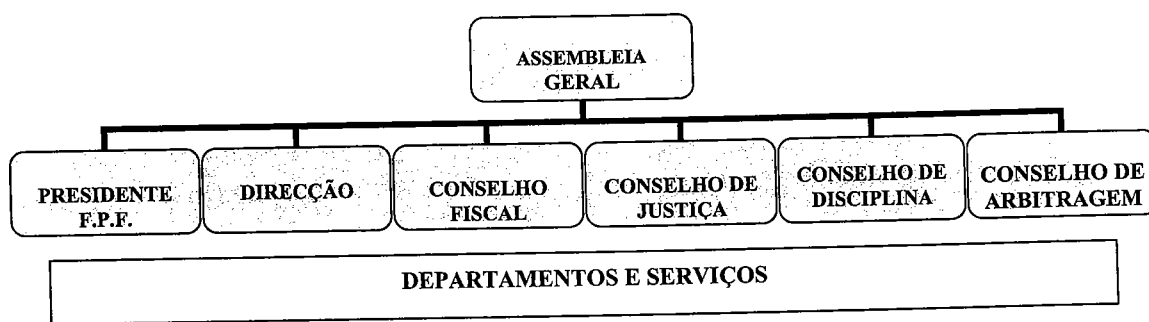
O mundo é um lugar natural de humanos e belezas diversificadas, mas é também um lugar de pobreza, de privações e de violação de direitos humanos. E, por isso, ousamos afirmar que o futebol é hoje uma arma, uma poderosa arma na aproximação dos povos e num saudável relacionamento entre eles. Se os governos, mais investissem em desporto, menos recursos materiais e humanos consumiria em proveito de uma degradação acelerada.

A terminar esta nota introdutória queremos ainda dizer que, no que concerne ao velhinho e prestativo "TOTOBOLA" – o abono de família dos pobres - a distribuição de lucros terminou com a nova Lei que instituiu os "jogos sociais" Entretanto, na época finda ficou retido no IDP 664 284,25 € - sem fazer juízo de valor, digamos que indevidamente - verba que passou a constituir uma receita do IDP. E, para amortização dos impostos devidos pelos Clubes foram ainda entregues **pelo** IDP ao Ministério das Finanças 2 657 137,00 €. Sendo que, de todo este processo, à FPF coube tão-só 163



567,89 € como resultante do processo de compensação acordado com a LIGA, que nos entrega os correspondentes valores a que os Clubes que nada deviam ao Fisco, ou que não aderiram ao processo de dação, teriam direito se não houvesse retenção pelo IDP.

2. ORGÃOS SOCIAIS



3. ACTIVIDADE DESPORTIVA

Quanto à actividade desportiva, afinal o *core business* da nossa casa, impõe-se que tenhamos de começar pela selecção "A", já que, sem esta, sem um saudável funcionamento organizacional, a nossa realidade seria bem diferente. E, por outro lado a pirâmide não pode sofrer roturas, e, disso podem dar vivo testemunho os Senhores Associados, porquanto têm acompanhado – e outra coisa não seria de esperar – a par e passo os jogos disputados. Como bem se compreenderá tudo temos feito para contornar adversidades sempre com vista à nossa participação nos eventos, tal seja, o próximo Europeu de 2008. Mas, dir-se-á que nem sempre chega ter cuidada organização já que, quem quer achar defeitos no trabalho dos outros, sempre os encontrará.

E, para além deste Campeonato de 2008, como é consabido, temos as demais selecções, permanentemente em compita, sempre em ordem a conseguir o melhor desempenho, as melhores performances. O trabalho de hoje haverá de se reflectir no futuro. Daí que, até por auto-estima, cabe dizer que, mercê desse continuado desempenho organizacional a nossa selecção situa-se numa escala de apertada exigências, numa honrosa 8ª posição da FIFA.

Entretanto na época em apreço outras selecções, como a seguir indicamos, estiveram em acção e para as quais assegurámos também os indispensáveis meios à prossecução



das competições em que participaram, todavia o produto final ficou muito aquém das expectativas.

Ano	Seleccção	Prova	Classificação	Organização
2007	Sub 21	Fase Final do Campeonato da Europa	6º	Holanda
	Sub 20	Fase Final do Campeonato do Mundo	15º	Canadá
	Sub 19	Campeonato da Europa	Apuramento Fase Final	Austria

4. FORMAÇÃO

As empresas que investem na formação dos seus quadros aperfeiçoam técnicas operacionais, estabelecem princípios comportamentais que hão-de trazer, cada vez mais e melhor imagem com directa penetração no mercado onde trabalha como se uma marca se tratasse. Por outro lado, as pessoas não são recursos humanos, são a própria organização. E, ao serem implementadas, no seio da organização, normas procedimentais estamos a produzir imagem que, sem dúvida, trará eficácia – quer para dentro da empresa, quer para o exterior – que, a seu tempo, se haverá de repercutir nos consumidores do produto, e por via dela – da eficácia - a empresa "adquire" eficiência e ética, até.

Em suma, a organização não se copia, não se importa para dentro, a verdadeira organização acontece no dia a dia, através das acções que as pessoas cultivam e executam, pois de contrário estamos a importar um fraco sentido de responsabilidade, sendo certo – e disso cremos que todos estamos de acordo – as pessoas estão sempre à espera de alguém que assuma a sua responsabilidade, estamos perante alguém que chuta para a frente a sua missão. Neste contexto, somos levados a parafrasear, o mestre, Peter Drucker quando deixou dito que a prosperidade das organizações não se herda, cria-se.

E assim temos vindo a enfatizar a necessidade de levar a termo séria reorganização do Departamento de Formação, em todas as vertentes, já que com dissemos algures organizar a organização é uma necessidade constante e se quisermos vencer, temos de construir o futuro, já. De outro modo não vencemos as adversidades de uma actividade, cada vez mais competitiva.



5. PROVEITOS

No que concerne a proveitos, mais do que mil palavras, como soe dizer-se, vale uma imagem. E, é por isso – nada que não conste das peças anexas – que juntamos quadro que, inequivocamente, reflecte as fontes e o peso específico destas. Mas, ainda assim, acrescentamos; é que fazer o *incoming* de trinta e sete milhões de euros não é tarefa nada fácil e já agora seja-nos permitido relembrar que, não fora as prestações suplementares, rubrica onde caem os patrocínios e teríamos sérias dificuldades. E, porque falar do óbvio? É que cada vez mais, todos nós, nesta cadeia de valor que é a nossa organização, mais empenhados deveremos estar no sentido de trazer ao seio, não só resultados desportivos, mas também a melhor imagem de qualidade para a FPF, porque esta também vende. Com efeito, em conjunto, temos de ver e perceber que fontes de cobertura financeira podemos utilizar em ordem a continuar a sustentabilidade deste já grande edifício desportivo e, de modo algum, podemos negligenciar nenhuma destas fontes, sob pena de as nossas incertezas passarem a constituir “certezas”, ou seja, incapacidade financeira para assegurar a gestão a contento.

	Proveitos por Naturezas	2005/2006	%	2006/2007	%
71	Vendas e Prestações de Serviços	1.713.295	9,07	1.348.449	3,67
72	Proveitos Federativos	2.749.613	14,55	18.116.673	49,29
73	Proveitos Suplementares	9.330.816	49,37	10.775.974	29,32
74	Subsídios à Exploração	5.105.471	27,01	6.373.367	17,34
76	Outros Proveitos e Ganhos operacionais	0	0,00	137.875	0,38
	Total dos proveitos operacionais	18.899.195	100,00	36.752.337	100,00

Somos ainda a dizer que na rubrica dos proveitos federativos já estão relevados os proventos do Campeonato do Mundo, e sobre este evento em anexo demonstramos os resultados ditos de “exploração”.

6. CUSTOS

Parece lugar comum mas não podemos deixar de dizer que quem aprecia, discute e aprova contas sempre acha que menos se deveria ter gasto, que mais poderia ter sido feito, que melhor performance poderia ser conseguida. Há, natural sentido crítico e que, quando sustentado, é um inestimável estímulo para quem tem de gerir. E, não estamos a dizer nada que os nossos Colegas dirigentes não compreendam pelo que lhes advém do exercício das estruturas para as quais também foram mandatados.



Contudo, a questão, quanto à análise, da "despesa" como já o temos dito noutras ocasiões nem são dos custos, posto que estes controlamo-los bem. A questão de base tem o seu fulcro de como, por diversas vezes temos referido, havemos de encontrar fontes de cobertura financeira para as acções a que nos propomos levar a termo, sendo que, à partida temos um vasto conjunto de custos, fixos, e sobre estes, dir-se-á que serão inelutáveis, isto é; "para esses temos de arranjar sempre dinheiro".

Tal como dissemos na rubrica de proveitos operacionais, também nestas contas já estão relevados os custos inerentes ao último Campeonato do Mundo.

	Custos por Naturezas	2005/2006	%	2006/2007	%
61	Custo das mercadorias vendidas	0	0,00	0	0,00
62	Fornecimentos e serviços externos	16.431.290	65,43	20.604.796	55,38
64	Impostos	745.815	2,97	1.165.684	3,13
64	Custos c/ o pessoal	4.139.599	16,48	4.579.233	12,31
65	Outros custos e perdas operacionais	2.974.779	11,85	10.540.733	28,33
66	Ajustamentos e provisões do exercício	821.149	3,27	315.572	0,85
	Total dos custos operacionais	25.112.632	100,00	37.206.018	100,00

7. INVESTIMENTOS

Os investimentos incorridos no exercício são os inerentes a conservações de médio prazo, ou de substituição, conforme quadro explicativo:

Rubricas	2005/2006	2006/2007	△
Imobilizações incorpóreas	9.975	9.975	0
Imobilizações corpóreas	13.735.197	13.869.395	134.198
Imobilizações em curso	286.907	357.967	71.060
	14.032.079	14.237.337	205.258

8. INDICADORES de GESTÃO

Como já fora dito na introdução as actividades desportivas foram relevadas em *resultados operacionais* e, por seu turno, em contas de *resultados extraordinários* será



o que, efectivamente, é. Ou seja, doravante seguiremos esta política contabilística, a qual se afigura mais a contento com o que é efectivamente a nossa actividade. E já agora, veja-se também que, não fora os resultados financeiros e teríamos resultados negativos. Portanto, vale a pena poupar.

Performance económico - financeira	2004/2005	2005/2006	2006/2007
Resultados operacionais	-12.533	-6.213	-454
Resultados financeiros	271	162	593
Resultados extraordinários	19.434	9.733	183
Resultados antes de impostos	7.173	682	322

9. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A observância de controlo entre o orçamentado e o realizado é matéria tida sempre por controversa, posto que as vicissitudes de gestão a isso obrigam. Contudo, temos sempre por meta o rigor e nunca incorreremos em custos para os quais não tenhamos a devida cobertura financeira, como de resto é sabido e assumido.

Por outro lado, como se constata também os custos registaram significativa contenção, como se apura das contas a seguir indicadas:

POC	RUBRICAS	ORÇAMENTADO	EXECUTADO	△	%
62	Fornecimentos e serviços externos	21.862.405,00	20.604.795,72	-1.257.609,28	-5,75
63	Impostos	300.000,00	1.165.684,13	865.684,13	288,56
64	Custos c/ o pessoal	6.740.000,00	4.579.232,70	-2.160.767,30	-32,06
65	Outros custos e perdas operacionais	11.000.000,00	10.540.733,47	-459.266,53	-4,18
66	Amortizações	500.000,00	315.571,60	-184.428,40	-36,89
67	Provisões	830.000,00	0,00	-830.000,00	-100,00
68	Custos e perdas financeiras	150.000,00	158.736,58	8.736,58	5,82
69	Custos e perdas extraordinárias	2.270.000,00	2.522.054,89	252.054,89	11,10
		43.652.405,00	39.886.809,09	-3.765.595,91	-8,63

10. PERSPECTIVAS PARA A ÉPOCA 2007/ 2008

Como de princípio, quem quer trabalhar - num país tão necessitado quanto o nosso - sempre encontra que fazer, basta querer. E, por isso, que não sejamos pobres de iniciativas. Assim, na linha das nossas propostas em tempo apresentadas aos Senhores



Associados, quer através do orçamento, quer pelas conversas de opinião que vamos tecendo, temos a firme vontade de:

- Conquistar lugar de relevo - e outra coisa não podemos esperar - no próximo Europeu de 2008, por organização conjunta, da SUIÇA e ÁUSTRIA.
- Apuramento para o Campeonato da Europa das selecções de Sub-17 e Sub-19 e
- Assegurar condições a contento das competições aos diversos níveis das selecções.
- Consolidar relações com órgãos tutelares do desporto.
- Continuar a trazer prestígio, internacional, para o nosso país e para o nosso futebol.
- Desenvolver demarches com vista à edificação da Casa das Selecções, se não no lugar avançado em tempo, noutro que afaste as vicissitudes que temos vivido, conhecidas por demais dos Senhores Associados.
- Cimentar o papel dos nossos representantes nos órgãos a que foram chamados dos organismos internacionais do Futebol.
- Reorganização permanente do Departamento de Formação em ordem a ministrar formação interna para toda a pirâmide organizacional da FPF.
- Melhorar sistema de detecção de talentos e garantir-lhes indispensáveis condições de desenvolvimento
- Negociar (nesse sentido já estamos a trabalhar em parceria com as Associações) condições vantajosas de seguros que aproveitem à boa gestão de todos.
- Continuar activa participação no processo de reestruturação do futebol português.
- Reformulação de quadros competitivos e Taça de Portugal
- Estreitar laços de cooperação com todos os sócios da FPF
- Acompanhar e apoiar o desenvolvimento da variante Futsal
- Estreitar relações com parceiros de patrocínio e apoio ao futebol.
- Estabelecer, com a sociedade civil, laços de cooperação e protocolos de cooperação.
- Abrir processo negocial junto de organismo de direito com vista à reestruturação, quiçá à criação de uma lotaria, tipo "totobola" que se bem estudado e aplicado possa carrear fundos para o desenvolvimento do desporto vs futebol.
- Apoio, colaboração e acompanhamento às acções inerentes ao "ALGARVE CUP 2008" em futebol Feminino.
- Promoção e acompanhamento nas diferentes vertentes dos 5 torneios em que estamos operacionalmente ligados



11. OUTRAS NOTAS

IMPOSTOS

Em matéria de cumprimento de obrigações fiscais foram observados todos os procedimentos legais (pese embora haver sempre quem diga que a FPF não paga impostos) em função do que entregámos nos cofres do estado ou de organismos parassociais, mais de quatro milhões e meio de euros.

RUBRICA	€
IRC - Pago	33.180,03
IRS - Trabalho dependente	2.004.230,44
IRS - Trabalho independente	1.334.629,84
IVA - Pago	521.003,47
Imposto do Selo	43.922,50
Segurança Social	782.187,04
	4.719.153,32

E já agora, que falamos de dinheiros saídos dos cofres da FPF – em matéria de obrigações fiscais e/ou parassociais – deixem-nos que vo-lo digamos também que recebemos dos cofres do Estado (e de alguns desses servimos de mera caixa de correio) a importância de 3.768 M€. Como se vê pois, demos mais do que recebemos.

FUNDO SOCIAL

Como abaixo se verá em “proposta de aplicação dos resultados” fazemos uma proposta no sentido de reforçar o “FUNDO SOCIAL” em mais 8.000.000 € por transferência de “outras reservas”. A tal propósito, esclareça-se que a transferência em nada alterará o rácio de autonomia financeira, porquanto apenas se consubstanciará numa operação permutativa.



12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim queremos agradecer as colaborações recebidas, nomeadamente de:

- Secretaria de Estado do Desporto
- Instituto de Desporto de Portugal
- Órgãos estatutários da FPF
- Revisor Oficial de Contas
- Colaboradores da FPF
- Sócios da FPF, Clubes e SAD's
- Patrocinadores que têm ajudado à viabilização dos projectos FPF
- Autarquias que conosco também colaboraram em eventos internacionais
- Órgãos de comunicação, bem como
- Ao público em geral que sempre tem dispensado o seu apoio espectacular às Selecções e, finalmente

13. PROPOSTA de APLICAÇÃO dos RESULTADOS

Em razão do que antecede quanto à aplicação dos resultados propomos:

- que o resultado líquido apurado no exercício, 321.580 € positivos, seja aplicado em reserva livre (desenvolvimento desportivo).
- que para consolidação da conta "Fundo social" este seja reforçado por via de transferência da conta de "restantes reservas" no valor de 8.000.000,00 €.

Lisboa, 27 de Outubro de 2007

A DIRECÇÃO



FEDERAÇÃO
PORTUGUESA
DE FUTEBOL

BALANÇO ANALÍTICO

EM 30 DE JUNHO DE 2007

**BALANÇO EM 30 DE JUNHO DE 2007**

(em euros)

CÓDIGO CONTAS			EXERCÍCIOS	
CEE	POC		2006/2007	2005/2006
FUNDO SOCIAL e PASSIVO				
A		FUNDO SOCIAL E RESERVAS:		
I	51	Fundo Social	2.000.000,00	2.000.000,00
III	56	Reservas de Reavaliação	539.546,15	539.546,15
IV	57	Restantes Reservas	13.605.083,15	12.915.916,87
	59	Resultados Transitados	298.036,67	1.172.593,99
		Sub-total	16.442.665,97	16.628.057,01
VI	88	Resultado Líquido do Exercício	321.580,20	682.327,85
		Total do Capital Próprio	16.764.246,17	17.310.384,86
PASSIVO:				
B	29	Provisões P/ Riscos e Encargos	8.367.713,87	9.220.016,51
C		Dívidas a Terceiros:		
	21	Clientes	0,00	0,00
	22	Fornecedores	1.014.408,64	1.571.679,08
	23	Empréstimos Obtidos	500.000,00	1.018.164,71
	24	Estado e Outras Entidades Públicas	728.669,36	503.714,82
	25	Agentes Desportivos Associados	1.290.868,33	1.343.370,47
	26	Outros Devedores e Credores	5.660.292,40	8.510.903,49
			17.561.952,60	22.167.849,08
D	27	Acréscimos e Diferimentos		
		Acréscimos de Custos	624.534,23	1.042.310,14
		Proveitos Diferidos	4.877.296,66	4.253.302,27
			5.501.830,89	5.295.612,41
		Total do Passivo	23.063.783,49	27.463.461,49
		Total do Fundo Social e do Passivo	39.828.029,66	44.773.846,35



FEDERAÇÃO
PORTUGUESA
DE FUTEBOL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
POR NATUREZA

EM 30 DE JUNHO DE 2007



DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS EM 30 JUNHO 2007

(em euros)

CÓDIGO CONTAS			EXERCÍCIOS				
C	E E		POC	2006/2007		2005/2006	
A							
CUSTOS e PERDAS							
2. a)	61	Custo das Mercadorias Vendidas	0,00		0,00		
2. b)	62	Fornecimentos e Serviços	20.604.795,72	20.604.795,72	16.431.289,85	16.431.289,85	
3		Custos com Pessoal					
3. a)	641	Remunerações dos Órgãos Sociais	157.030,24		150.039,52		
3. b)	642	Remunerações do Pessoal	3.584.205,84		3.156.061,21		
		Encargos Sociais:					
3. c)	643	Pensões	88.772,44		92.950,84		
3. d)	645 A 648	Outros	749.224,18	4.579.232,70	740.547,52	4.139.599,09	
4. a)	66	Amortizações do Exercício	315.571,60		321.148,90		
4. b)	67	Provisões do Exercício	0,00	315.571,60	500.000,00	821.148,90	
5	63	Impostos	1.165.684,13		745.814,90		
5	65	Outros Custos e Perdas Operacionais (A)	10.540.733,47	11.706.417,60	2.974.779,62	3.720.594,52	
7	68	Custos e Perdas Financeiras (C)		158.736,58		232.190,17	
10	69	Custos e Perdas Extraordinárias (E)		2.522.054,89		5.242.519,39	
		Imposto S/ Rendimento do Exercício (G)		39.886.809,09		30.587.341,92	
13	88	Resultado Líquido do Exercício		321.580,20		682.327,85	
				40.208.389,29		31.269.669,77	
PROVEITOS e GANHOS							
1	71	Vendas e Prestações Serviços	1.348.448,56		1.713.295,05		
2	72	Proveitos Federativos	18.116.673,31	19.465.121,87	2.749.612,58	4.462.907,63	
4	73	Proveitos Suplementares	10.775.973,87		9.330.816,12		
4	74	Subsídios à Exploração	6.373.366,53		5.105.471,31		
4	76	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais (B)	137.875,00	17.287.215,40	0,00	14.436.287,43	
7	78	Proveitos e Ganhos Financeiros (D)		36.752.337,27		18.899.195,06	
9	79	Proveitos e Ganhos Extraordinários (F)		751.259,95		394.242,58	
				37.503.597,22		19.293.437,64	
				2.704.792,07		11.976.232,13	
				40.208.389,29		31.269.669,77	
Resumo:							
		Resultados Operacionais [(B) - (A)]		-453.680,35		-6.213.437,30	
		Resultados Financeiros [(D - B) - (C - A)]		592.523,37		162.052,41	
		Resultados Correntes [(D) - (C)]		138.843,02		-6.051.384,89	
		Resultados Antes Impostos [(F) - (E)]		321.580,20		682.327,85	
		Resultados Líq. Exercício [(F) - (G)]		321.580,20		682.327,85	



FEDERAÇÃO
PORTUGUESA
DE FUTEBOL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
POR FUNÇÕES

EM 30 DE JUNHO DE 2007



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES

(em euros)

CONTAS	DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO	
		2006/2007	2005/2006
71	Vendas e Prestações de Serviços	1.348.448,56	1.713.295,05
72	Proveitos Federativos	18.116.673,31	2.749.612,58
73	Proveitos Suplementares	10.775.973,87	9.330.816,12
74	Subsídios à Exploração (Mapa A)	6.373.366,53	5.105.481,31
76	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	137.875,00	0,00
	Total dos Proveitos Operacionais	36.752.337,27	18.899.205,06
94.04/94.07/94.09/ 95	Custos Organização de Activ. Desportivas (Mapa B)	-22.713.001,13	-14.206.613,87
	Resultado Bruto	14.039.336,14	4.692.591,19
94.02/94.03/94.06	Custos Administrativos e de Estrutura	-11.239.599,30	-8.407.782,85
63/65/66/67	Outros Custos e Perdas Operacionais	-3.253.417,19	-2.498.245,64
	Resultado Operacionais	-453.680,35	-6.213.437,30
68	Custos e Perdas Financeiras	-158.736,58	-232.190,17
78	Proveitos Financeiros	751.259,95	394.242,58
	Resultado Correntes	138.843,02	-6.051.384,89
	Resultado Extraordinários	182.737,18	6.733.712,74
	Resultado Antes dos Impostos	321.580,20	682.327,85
86	Imposto S/ Rendimento do Exercício	0,00	0,00
	Resultado Líquido do Exercício	321.580,20	682.327,85

Mapa A

(em euros)

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	PARCIAIS	TOTAIS
Do Estado:		
Para a Prática e Desenvolvimento Desportivo	1.949.999,97	
Para a Alta Competição	687.499,95	
Subsídio COP	43.670,30	
Para Deslocações às Regiões Autónomas	1.910.505,96	
Projecto Pequim	230.000,00	4.821.676,18
De Entidades Desportivas:		
U.E.F.A.	1.170.187,97	
F.I.F.A.	381.502,38	1.551.690,35
Total		6.373.366,53



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES

(em euros)

Mapa B

CUSTOS DA ORGANIZAÇÃO DE ACTIVIDADES DESPORTIVAS	PARCIAL	SUB-TOTAL	TOTAL
Custos Gerais c/ Organiz. e Coordenação das Selecções			1.715.339,00
Custos Gerais c/ Organiz. dos Quadros Competitivos Reg.			189.273,91
Custos Directos c/ as Actividades Desportivas:			
Quadros Competitivos Regulares:			
Nacionais:			
Séniiores Masculinos:			
I Liga	183.931,67		
II Liga	105.906,64		
Campeonato Nacional da II Divisão	1.661.468,22		
Campeonato Nacional da III Divisão	1.845.350,39		
Campeonato Nacional de Futsal da I Divisão	130.255,57		
Campeonato Nacional de Futsal da II Divisão	8.004,18		
Campeonato Nacional de Futsal da III Divisão	166.806,98	4.101.723,65	
Séniiores Femininos			
Campeonato Nacional	105.095,08		
Taça de Portugal de Futebol Feminino	11.427,77		
Campeonato Nacional de Futsal	1.553,22	118.076,07	
Juniiores Masculinos			
Campeonato Nacional de Juniores "A"	800.383,42		
Campeonato Nacional de Juniores "B"	276.013,32		
Campeonato Nacional de Juniores "C"	340.240,86		
Campeonato Nacional Futsal Formação	19.062,30	1.435.699,90	
Outras Provas:			
Taça de Portugal	424.074,53		
Supertaça "Cândido de Oliveira"	5.791,30		
Torneio "Lopes da Silva"	183.148,40		
Taça de Portugal de Futsal	28.309,48		
Torneios Inter-Associações	339.965,24		
Torneio Inter-Regiões	0,00		
Supertaça Futsal	3.270,50	984.559,45	
Custos Directos c/ Org. Quadros Comp. Reg. Nac.		6.640.059,07	6.640.059,07
Quadros Competitivos Regulares:			
Internacionais:			
Seleccção Nacional "AA" (1)	10.414.045,63		
Seleccção Nacional "Sub-21"	968.632,02		
Seleccção Nacional Juniores "A"	172.276,22		
Seleccção Nacional Juniores "B"	81.767,97		
Seleccção Nacional Feminina	154.278,23		
Seleccção Nacional Feminina "Sub-19"	119.959,82	11.910.959,89	
Quadros Competitivos Não Regulares:			
Jogos Particulares:			
Seleccção Nacional "AA"	169.079,35		
Seleccção Nacional "Sub-21"	267.748,17		
Seleccção Nacional "Sub-20"	398.146,11		
Seleccção Nacional Juniores "A"	347.441,87		
Seleccção Nacional Juniores "B"	458.662,21		
Seleccção Nacional Feminina	162.526,05		
Seleccção Nacional Feminina "Sub-19"	53.873,05		
Seleccção Nacional Futebol de Praia	15.595,95		
Seleccção Nacional Futsal "Masculina"	296.691,84	2.169.764,60	
Custos Directos c/ Org. dos Quadros Comp. Reg. Intern.		14.080.724,49	14.080.724,49
Outros Custos:			
Organização de Outros Eventos Desportivos			87.604,66
Custos da Organização de Actividades Desportivas			22.713.001,13

(1) Inclui 8.827.596,97 € referentes ao Mundial 2006



FEDERAÇÃO
PORTUGUESA
DE FUTEBOL

DEMONSTRAÇÃO
DOS
FLUXOS DE CAIXA

EM 30 DE JUNHO DE 2007



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

MAPA - 4

Actividades Operacionais	
Resultado Líquido do Exercício	321.580,20
Ajustamentos:	
Amortizações	315.571,60
Provisões	0,00
Resultados Financeiros	-592.523,37
Aumento das Dívidas de Terceiros	773.845,48
Aumento das Existências	-30.253,53
Aumento das Dívidas a Terceiros	-3.235.429,13
Diminuição dos Proveitos Diferidos	-623.994,29
Diminuição dos Acréscimos de Proveitos	-61.866,67
Diminuição dos Acréscimos de Custos	417.775,91
Diminuição dos Custos Diferidos	3.226.257,94
Ganhos na Alienação de Imobilizações	0,00
Outros recebimentos/pagamentos relativo às activ operacionais	-1.190.914,41
fluxo das actividades operacionais (1)	-679.950,27
Actividades de Investimento:	
Recebimentos Provenientes de:	
Investimentos Financeiros	0,00
Imobilizações Corpóreas	2.500,00
Juros e Proveitos Similares	750.283,50
Pagamentos Respeitantes a:	
Imobilizações Corpóreas	-285.712,35
Fluxo das Actividades de Investimento (2)	467.071,15
Actividades de Financiamento:	
Recebimentos respeitantes a:	
Empréstimos Obtidos	0,00
Pagamentos Respeitantes a:	
Empréstimos Obtidos	-518.164,71
Amortização de contratos de Locação Financeira	-118.193,81
Fundo de Obras	0,00
Juros e Custos Similares	-158.736,58
Fluxo das Actividades de Financiamento (3)	-795.095,10
Varição de Caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	-1.007.974,22
Efeitos das Diferenças de Câmbio	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	19.279.814,51
Caixa e seus equivalentes no fim do período	18.271.840,29

DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

	2006/2007	2005/2006
Numerário	27.392,61	324.171,57
Depósitos Bancários imediatamente mobilizáveis		
Depósitos à Ordem	4.244.447,68	4.568.951,94
Depósitos a Prazo	14.000.000,00	14.386.691,00
Caixa e seus equivalentes	18.271.840,29	19.279.814,51
Outras Disponibilidades	0,00	0,00
Disponibilidades constantes do Balanço	18.271.840,29	19.279.814,51



FEDERAÇÃO
PORTUGUESA
DE FUTEBOL

ANEXO AO BALANÇO
E À
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

EM 30 DE JUNHO DE 2007



ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

com referência à época 2006/2007

Nota introdutória

- a. A FEDERAÇÃO PORTUGUESA de FUTEBOL (adiante designada por Federação), foi fundada no ano de 1914, por escritura pública em 31 de Março, e tem a sua sede na Rua Alexandre Herculano, nº58, 1250-012 Lisboa, e goza do estatuto de utilidade pública concedido em 20 de Junho de 1978, e do estatuto de utilidade pública desportiva concedido em 14 de Setembro de 1995.
- b. A principal actividade da Federação consiste em promover, organizar, regulamentar e controlar o ensino e a prática do futebol, em todas as especialidades e competições.
- c. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e têm como suporte os livros, registos contabilísticos e respectiva documentação, que foram elaborados de acordo com os critérios valorimétricos e métodos de cálculo a seguir evidenciados:
- d. As notas não mencionadas não se aplicam à Federação, ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes, não colocando assim em causa a fiabilidade da leitura e a interpretação das demonstrações financeiras no seu conjunto.

1 – Disposições POC derrogadas no exercício

- a. As demonstrações financeiras anexas foram preparadas, em todos os seus aspectos materiais, em conformidade com as disposições do Plano Oficial de Contabilidade para as Federações, Associações e Agrupamentos de Clubes (POCFAAC).
- b. As notas que se seguem são apresentadas na moeda europeia, unidade, Euro.

2 - Contas não comparáveis com o exercício anterior

No presente exercício não se verificaram mudanças de políticas contabilísticas nem de critérios valorimétricos com efeitos importantes nos mapas financeiros pelo que os valores deste exercício económico são directamente comparáveis, em todos os aspectos significativos, com os do exercício anterior, com excepção das rubricas "inflacionadas" com os resultados do Mundial 2006, que são as seguintes:

62 – Fornecimentos e Serviços Externos	3.581.144,05 €
65 – Outros Custos e Perdas Operacionais	5.245.577,92 €
72 – Proveitos Federativos	15.408.090,54 €

Lembramos que as verbas relacionadas com a participação neste tipo de eventos em exercícios anteriores eram contabilizadas em Custos e proveitos extraordinários.

3 - Bases de apresentação e principais critérios valorimétricos

a. Imobilizações Incorpóreas, Corpóreas, e em curso

Encontram-se valorizadas ao custo de aquisição e são originalmente contabilizadas pelo respectivo custo histórico de aquisição, o qual inclui o valor da factura do fornecedor e as respectivas despesas directas associadas à compra. As amortizações são calculadas com base no método das quotas constantes, a partir do ano em que os bens entram em funcionamento, utilizando-se para o efeito as taxas máximas definidas no Decreto Regulamentar 2/90, de 12 de Janeiro.

As imobilizações em curso correspondem aos investimentos já efectuados em bens ainda não susceptíveis de entrarem em funcionamento a 30 de Junho de 2007.

O edifício da antiga sede da Federação foi objecto de uma reavaliação no ano de 1992.

Os movimentos ocorridos nesta rubrica encontram-se discriminados na nota 6 deste mesmo anexo.

b. Existências

As existências em 30 de Junho de 2007 foram determinadas a partir dos registos contabilísticos, confirmados por contagem física, e estão valorizadas ao preço médio de aquisição.

c. Provisão para Créditos de Cobrança Duvidosa

A provisão para créditos de cobrança duvidosa é calculada tendo por base a análise dos riscos de cobrança identificados nos saldos de clientes e outros devedores.

d. Provisões para Riscos e Encargos

As provisões constituídas para outros riscos e encargos foram efectuadas pela melhor estimativa possível à data de realização do Balanço e visam, com um grau de prudência que se considera adequado, precaver os exfluxos financeiros que a Federação Portuguesa de Futebol suportará com fundos de pensões e com processos judiciais que se encontram em curso, bem como para precaver a possibilidade de não recebimento das verbas acordadas no Protocolo de Intenções. A diminuição ocorrida neste exercício na rubrica Processos Judiciais em curso deve-se à redução da provisão referente ao Processo com a Ibero-Assistência.

e. Especialização de exercícios

A Federação regista os custos e proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, aplicando-se assim o princípio contabilístico do acréscimo.

f. Impostos

Impostos correntes

A Federação está isenta de impostos no que concerne à actividade desportiva. Porém nas demais está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 25%, cujo imposto por princípio é liquidado por retenção na fonte

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham existido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

Deste modo, as declarações fiscais da empresa referentes ao exercício de 2002 a 2006 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, embora a Federação considere que eventuais correcções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de impostos, não poderão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras do exercício findo em 30 de Junho de 2007.

5 – Número médio de funcionários

Durante este exercício o número médio de funcionários ao serviço da FPF foi de 92.

6 – Activo imobilizado

Os movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do Balanço e nas respectivas amortizações e provisões foram os que constam do quadro seguinte:

Rubricas	Imobilizações	Imobilizações	Imobilizações	Investimentos
	Em Curso	Incorpóreas	Corpóreas	Financeiros
Activo bruto				
Saldo Inicial	357.967,26	9.975,96	13.869.395,11	0,00
Reavaliação	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumentos	0,00	0,00	285.712,35	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e Abates	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final	357.967,26	9.975,96	14.155.107,46	0,00
Amortizações e Provisões				
Saldo Inicial	0,00	9.975,96	2.741.058,67	0,00
Reforço	0,00	0,00	315.571,60	0,00
Regularizações	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final	0,00	9.975,96	3.056.630,27	0,00

8 – Diplomas legais da reavaliação de imobilizações corpóreas

A reavaliação do edifício onde se encontra instalada a antiga sede da F.P.F. foi efectuada ao abrigo do Decreto – Lei nº 264/92, de 24 de Novembro.

15 – Bens utilizados em regime de locação financeira

Os bens utilizados em regime de locação financeira a 30 de Junho de 2007 e os seus respectivos valores contabilísticos são os seguintes:

Bem	Valor Aquisição	Amortizações	Valor Líquido	Fim contrato
Viatura 46-00-XV	€ 14.133,38	€ 11.213,17	€ 2.920,21	05-12-2007
Viatura 46-01-XV	€ 14.133,38	€ 11.213,16	€ 2.920,22	05-12-2007

16 – Dívidas de cobrança duvidosa

No fim da época 2006/2007, existiam evidenciadas em balanço dívidas de cobrança duvidosa no montante de € 861.114,23 euros, montante idêntico ao exercício anterior, conforme a seguinte discriminação:

Clientes	Valor	
M. C. Ferreira da Silva	12.839,06	
Derby Sport	80.605,74	
Nova Publicidade.....	148.393,00	
Presslivre	110.578,19	
Gaianima	25.000,00	
Outras dívidas	3.909,19	381.325,18
Outros Devedores. e Credores		479.789,05
Total		861.114,23

18 – Dívidas activas e passivas com o pessoal

Os saldos a pagar ao pessoal ascendem a € 498.695,97 os quais são relativos a férias e subsídios de férias que se vencem para pagamento no segundo semestre de 2007, e que se encontram registados em acréscimos de custos.

O valor dos adiantamentos concedidos ao pessoal é de € 8.998,00.

20 – Dívidas em mora

Não existem dívidas em situação de mora nas contas "Estado e Outros Entes Públicos"

24 – Responsabilidades por garantias prestadas

A 30 de Junho de 2007 as responsabilidades da Federação Portuguesa de Futebol cobertas por garantias bancárias são as seguintes:

Processos	Valor da Garantia	Outras Informações
Processos Fiscais Jogadores	€ 36.568,15	BPN
Processos Fiscais Jogadores	€ 7.122,27	BPN
Processos Fiscais Jogadores	€ 23.628,80	BPN
Processos Fiscais Jogadores	€ 60.766,61	BPN
Processos Fiscais Jogadores	€ 87.850,61	BPN
Processos Fiscais Jogadores	€ 3.341,96	BPN
Processos Fiscais Jogadores	€ 5.149,86	BPN
Processos Fiscais Jogadores	€ 488,79	BPN
Processos Fiscais Jogadores	€ 33.381,38	BPN
Processos Fiscais Jogadores	€ 28.669,48	BPN
Processos Fiscais Jogadores	€ 70.410,73	BPN
Processos Fiscais Jogadores	€ 54.469,94	BPN
Processos Fiscais Jogadores	€ 12.000,00	BPN
Processo Totodespacho	€ 3.991.464,55	MILLENNIUM

Mais se informa que não existem outras garantias prestadas sobre bens da Federação Portuguesa de Futebol

25 – Movimentos ocorridos nas contas de provisões

Os movimentos ao nível das provisões foram os constantes do quadro seguinte:

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Reduções	Saldo Final
– Prov. P/Aplicações de Tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
– Prov. P/Cobrança Duvidosa	861.114,23	0,00	0,00	861.114,23
– Prov. P/Riscos e Encargos	9.220.016,51	0,00	852.302,64	8.367.713,87
– Prov. P/Deprec. de Existências	0,00	0,00	0,00	0,00
– Prov. P/Investimentos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	10.081.130,74	0,00	852.302,64	9.228.828,10

28 – Fundo Social e Reservas

Os movimentos ocorridos nas rubricas do Fundo Social e Reservas foram os seguintes:

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Reduções	Saldo Final
51 – Fundo Social	2.000.000,00	0,00	0,00	2.000.000,00
56 – Reserva de Reavaliação	539.546,15	0,00	0,00	539.546,15
57 – Restantes Reservas	12.915.916,87	689.166,28	0,00	13.605.083,15
59 – Resultados Transitados	1.172.593,99	0,00	874.557,32	298.036,67
88 – Result. Líq. do Exercício	682.327,85	321.580,20	682.327,85	321.580,20
TOTAL	17.310.384,86	1.010.746,48	1.556.885,17	16.764.246,17

- Foram movimentados valores do Fundo de Participação de Obras de acordo com o Regulamento em vigor.

- A redução verificada nos resultados transitados, deve-se a um movimento materialmente relevante que foi a anulação do débito à Liga Portuguesa de Futebol Profissional, ao abrigo do protocolo celebrado para as épocas de 1998/1999 e 1999/2000, resultante da não efectivação do protocolo de intenções, efectivamente homologado pelo Ministro da tutela, mas não concretizado.

- As restantes reservas decompõem-se da seguinte forma:
- | | |
|--|----------------|
| Reservas livres para participação em obras: | 461.116,68 € |
| Reservas livres – outras reservas: | 5.555.556,60 € |
| Reservas livres – rede extranet: | 249.398,95 € |
| Reservas livres para investimentos: | 3.339.010,92 € |
| Reservas livres para estruturas desportivas: | 4.000.000,00 € |

31 – Remunerações dos órgãos sociais

As remunerações colocadas à disposição dos Órgãos Sociais relacionadas com o exercício das respectivas funções atingiram o valor global de € 157.030,24.

32 – Demonstração dos resultados financeiros

Custos e Perdas	Exercício		Proveitos e Ganhos	Exercício	
	06-07	05-06		06-07	05-06
681 – Juros Suportados	95.993,47	80.669,50	781 – Juros Obtidos	750.283,50	330.455,43
685 – Diferenças de Câmbio Desfav.	1.687,89	11.181,93	784 – Rendim.Partic.Capital	0,00	61.966,66
686 – Desc. Pronto Pag. Concedidos	0,00	0,00	785 – Diferenças Câmbio Favor.	73,05	182,38
688 – Outros Custos e Perdas Financ.	61.055,22	140.338,74	786 – Desc. Pronto Pag. Obtidos	0,00	0,00
Resultados Financeiros	592.523,37	162.052,41	788 – Outros Proveitos e Ganhos	903,40	1.638,11
	751.259,95	394.242,58		751.259,95	394.242,58

33 – Demonstração dos resultados extraordinários

Custos e Perdas	Exercício		Proveitos e Ganhos	Exercício	
	06-07	05-06		06-07	05-06
691 – Donativos	26.300,00	39.329,67	791 – Restituição de Impostos	0,00	0,00
692 – Prejuízos Diversos	195.870,05	1.476.596,34	792 – Recuperação de Dividas	0,00	0,00
694 – Sinistros c/ Árbitros .	0,00	0,00	794 – Ganhos em Exist e Imobil.	2.500,00	0,00
695 – Multas e Penalidades	4.005,35	3.278,61	795 – Benef. Penalidades	0,00	0,00
696 – Amortizações / Provisões	0,00	0,00	796 – Redução Amortiz. e	802.422,85	0,00
697 – Corr. Rel. A Ex. Anterior.	595.521,33	2.225.227,46	797 – Corr. Rel. a Ex. Anteriores	344.206,91	402.801,44
698 – Outros Custos	80,23	3.578,21	798 – Out. Prov. e Ganhos Ext.	179.661,70	11.573.430,69
699 – Outros Não Especificados	1.700.277,93	1.494.509,10	799 – Prov. e Ganhos Ext. Div.	1.376.000,61	0,00
Resultados Extraordinários	182.737,18	6.733.712,74			
	2.704.792,07	11.976.232,13		2.704.792,07	11.976.232,13

As verbas mais importantes a destacar são as relacionadas com a organização do Campeonato da Europa de Sub-21, realizado em Portugal, estando reflectidas nos Outros Custos não Especificados (1.550.207,78 €), e nos Proveitos e Ganhos Extraordinários Diversos (1.376.000,61 €).

35 – Outras informações relevantes

No Relatório de Gestão podem ser encontradas outras informações que melhoram a compreensão da posição financeira e dos resultados obtidos.



FEDERAÇÃO
PORTUGUESA
DE FUTEBOL

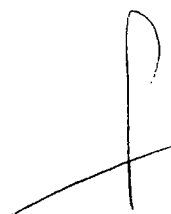
REVISOR OFICIAL DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Paulo J. A. Ferreira

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Contribuinte nº 147900654
ROC nº 641



CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinei as demonstrações financeiras anexas da **FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE FUTEBOL**, as quais compreendem o Balanço em 30 de Junho de 2007, (que evidencia um total de balanço de 39.828.029,66 euros e um total de capital próprio de 16.764.246,17 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 321.580,20 euros), as Demonstrações dos resultados por natureza e funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Direcção a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Federação e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Direcção, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

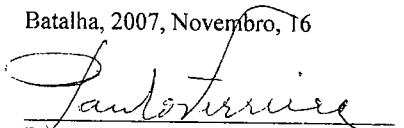
Paulo J. A. Ferreira

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Contribuinte nº 147900654
ROC nº 641

- c) Observação das operações de inventariação física de existências, incluindo a apreciação das normas internas aplicáveis à sua execução, teste das contagens efectuadas e da respectiva valorização, cálculo e compilação.
 - d) Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos.
 - e) Inspeção física dos principais elementos do imobilizado corpóreo, confirmação directa da titularidade de bens sujeitos a registo e dos eventuais ónus ou encargos incidentes sobre tais bens.
 - f) Análise e teste dos vários elementos de custos, proveitos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo.
 - g) Análise das operações e saldos com as entidades relacionadas.
 - h) Análise dos principais acontecimentos subsequentes à data de referência do exercício, na circunstância 30 de Junho de 2007.
4. Finalmente cumpre-me informar que apreciei o relatório da Direcção, o qual satisfaz os requisitos legais e que verifiquei a conformidade da informação financeira nele constante com as demonstrações financeiras do exercício.

Batalha, 2007, Novembro, 16


PAULO JOSE ALVES FERREIRA



FEDERAÇÃO
PORTUGUESA
DE FUTEBOL

CONSELHO FISCAL

RELATÓRIOS E PARECER

ÉPOCA DE 2006/2007

RELATÓRIO Nº 1

Senhores Associados,

Nos termos da alínea b) do Artº 43º, da secção 1ª - Capítulo V dos Estatutos da Federação Portuguesa de Futebol (FPF) e no cumprimento do seu mandato, vem o Conselho Fiscal emitir o seu 1º relatório trimestral sobre a actividade desenvolvida, a partir de Julho de 2006, que inclui a apreciação sobre as demonstrações financeiras reportadas ao final do 1º trimestre da época de 2006/2007.

Durante o período a que se reporta o presente relatório, o Conselho Fiscal acompanhou a actividade desenvolvida pela FPF, nomeadamente através da leitura da documentação periodicamente enviada a cada um dos seus membros e procedeu à análise das demonstrações financeiras, bem como da ficha de controlo orçamental, reportadas ao final do 1º trimestre da época 2006/2007.

Com vista à emissão do seu relatório, o Conselho Fiscal analisou o relatório do Revisor Oficial de Contas, datado de 4 de Fevereiro de 2007, sobre o exame das contas da FPF, reportadas a 30 de Setembro de 2006.

No referido relatório, cujo teor damos por integralmente reproduzido, são referidos os procedimentos adoptados e os testes e análises efectuados no tocante às reconciliações bancárias, verificação da situação fiscal e adequada contabilização dos impostos, reconhecimento de custos e proveitos, análise das operações e saldos com entidades relacionadas.

O ROC faz ainda referência no seu relatório à persistência de dificuldades na obtenção e na análise da informação contabilística, decorrentes do processo de implementação e operacionalização do novo sistema informático.

O Conselho Fiscal tem acompanhado este processo e manifestado nos seus relatórios a necessidade de ser garantida a disponibilização e integralidade da informação contabilística.

Considerando que se trata do primeiro trimestre do exercício, o Conselho Fiscal procederá a uma abordagem mais detalhada desta matéria no âmbito do seu parecer sobre as demonstrações financeiras do 2º trimestre, cuja apresentação, segundo o responsável do Departamento Financeiro, se perspectiva para o final do mês de Março.

Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal expressa a sua concordância com as demonstrações financeiras da FPF, reportadas a 30 de Setembro de 2006.

Quanto à execução orçamental no final do primeiro trimestre, registava graus de realização de 12,3% no tocante aos proveitos e 14,9% no que respeita aos custos, sendo de destacar, ao nível dos custos, que a execução dos custos dos serviços de estrutura, na rubrica “Técnicos e Outros Encargos”, já ultrapassou o montante anual orçamentado, por ter sido reconhecido como custo do período, o pagamento de prémios de assinatura de contratos, cuja validade são, no entanto, de dois anos.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 2007

O Conselho Fiscal

Hugo Miguel Dias Puga
João Correia de Oliveira
Francisco Manuel Dias Simões
António Silva Pinto
Alfredo Maria Lança Silva

ÉPOCA DE 2006/2007

RELATÓRIO Nº 2

Senhores Associados,

Nos termos da alínea b) do nº 1 do Artº 43º, da secção 1ª - Capítulo V dos Estatutos da Federação Portuguesa de Futebol (FPF) e no cumprimento do seu mandato, vem o Conselho Fiscal emitir o seu 2º relatório trimestral sobre a actividade desenvolvida, a partir de Março de 2007, que inclui a apreciação sobre as demonstrações financeiras reportadas final do 2º trimestre da época de 2006/2007.

Durante o período a que se reporta o presente relatório, o Conselho Fiscal acompanhou a actividade desenvolvida pela FPF, nomeadamente através da leitura da documentação periodicamente enviada a cada um dos seus membros e procedeu à análise das demonstrações financeiras, bem como da ficha de controlo orçamental, reportadas ao final do 2º trimestre da época 2006/2007.

Com vista à emissão do seu relatório, o Conselho Fiscal analisou o relatório do Revisor Oficial de Contas, datado de 9 de Abril de 2007, sobre o exame das contas da FPF, reportadas a 31 de Dezembro de 2006.

No referido relatório, cujo teor damos por integralmente reproduzido, são referidos os procedimentos adoptados e os testes e análises efectuados no tocante às reconciliações bancárias, verificação da situação fiscal e adequada contabilização dos impostos, reconhecimento de custos e proveitos, análise das operações e saldos com entidades relacionadas.

O ROC, a exemplo do que já sucedera a propósito das demonstrações financeiras reportadas ao final de Setembro de 2006, faz referência no seu relatório à persistência de dificuldades na obtenção e na análise da informação contabilística,

decorrentes do processo de implementação e operacionalização do novo sistema informático.

O Conselho Fiscal tem acompanhado este processo e manifestado nos seus relatórios a necessidade de ser garantida a disponibilização e integralidade da informação contabilística.

Face aos esclarecimentos verbais prestados pelos serviços financeiros da FPF, o Conselho Fiscal procederá a uma abordagem mais detalhada desta matéria no âmbito do seu parecer sobre as demonstrações financeiras do 3º trimestre.

Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal expressa a sua concordância com as demonstrações financeiras da FPF, reportadas a 31 de Dezembro de 2006.

Quanto à execução orçamental no final do primeiro semestre, registava graus de realização de 57,9% no tocante aos proveitos e 50,3% no que respeita aos custos, sendo de salientar que a execução registada já releva os proveitos e custos com a participação da selecção AA no Mundial 2006.

Importa ainda destacar, ao nível dos custos, que a execução registada, na rubrica “Técnicos e Outros Encargos”, já ultrapassou largamente o montante anual orçamentado, por, designadamente, ter sido reconhecido como custo do período, o pagamento de um prémio de assinatura de um contrato, cuja validade, é, no entanto, de dois anos.

Lisboa, 18 de Maio de 2007

Conselho Fiscal

Hugo Miguel Dias Puga
João Correia de Oliveira
Francisco Manuel Dias Simões
António Silva Pinto
Alfredo Lança da Silva

ÉPOCA DE 2006/2007

RELATÓRIO Nº 3

Senhores Associados

Nos termos da alínea b) do nº 1 do Artº 43º, da secção 1ª - Capítulo V dos Estatutos da Federação Portuguesa de Futebol (FPF) e no cumprimento do seu mandato, vem o Conselho Fiscal emitir o seu 3º relatório trimestral sobre a actividade desenvolvida, a partir de meados de Maio de 2007, que inclui a apreciação sobre as demonstrações financeiras reportadas ao final do 3º trimestre da época de 2006/2007.

Durante o período a que se reporta o presente relatório, o Conselho Fiscal acompanhou a actividade desenvolvida pela FPF, nomeadamente através da leitura da documentação periodicamente enviada a cada um dos seus membros e procedeu à análise das demonstrações financeiras, bem como da ficha de controlo orçamental, reportadas ao final do 3º trimestre da época 2006/2007.

Com vista à emissão do seu relatório, o Conselho Fiscal analisou o relatório do Revisor Oficial de Contas, datado de 28 de Junho de 2007, sobre o exame das contas da FPF, reportadas a 31 de Março de 2007.

No referido relatório, cujo teor damos por integralmente reproduzido, são referidos os procedimentos adoptados e os testes e análises efectuados no tocante às reconciliações bancárias, verificação da situação fiscal e adequada contabilização dos impostos, reconhecimento de custos e proveitos, análise das operações e saldos com entidades relacionadas.

O Conselho Fiscal salienta que o ROC, deixou de fazer referência no seu relatório às dificuldades na obtenção e na análise da informação contabilística, decorrentes do processo de implementação e operacionalização do novo sistema informático, que manifestara nos dois trimestres precedentes.

De acordo com os esclarecimentos verbais prestados pelos serviços financeiros da FPF, as referidas dificuldades estarão superadas.

Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal expressa a sua concordância com as demonstrações financeiras da FPF, reportadas a 31 de Março de 2007.

Quanto à execução orçamental no final do terceiro trimestre, registava graus de realização de 71,1% no tocante aos proveitos e 68,1% no que respeita aos custos, sendo de salientar que a execução registada já releva os proveitos e custos com a participação da selecção AA no Mundial 2006, o que se veio a reflectir nos Resultados Operacionais que, neste trimestre, já se apresentam positivos.

Importa ainda destacar, ao nível dos custos, na rubrica “Técnicos e Outros Encargos”, que foi diferido, pelo período de validade do respectivo contrato, o pagamento do prémio de assinatura que havia sido reconhecido integralmente como custo no 1º trimestre do exercício em apreço.

Lisboa, 11 de Julho de 2007

Conselho Fiscal

Hugo Miguel Dias Puga
João Correia de Oliveira
Francisco Manuel Dias Simões
António Silva Pinto
Alfredo Lança da Silva

ÉPOCA DE 2006/2007

RELATÓRIO Nº 4

Senhores Associados

Nos termos da alínea b) do nº 1 do Artº 43º, da secção 1ª - Capítulo V dos Estatutos da Federação Portuguesa de Futebol (FPF) e no cumprimento do seu mandato, vem o Conselho Fiscal emitir o seu 4º relatório trimestral sobre a actividade desenvolvida, a partir de meados de Julho de 2007, que inclui a apreciação sobre as demonstrações financeiras reportadas final do 4º trimestre da época de 2006/2007.

Durante o período a que se reporta o presente relatório, o Conselho Fiscal acompanhou a actividade desenvolvida pela FPF, nomeadamente através da leitura da documentação periodicamente disponibilizada a cada um dos seus membros e procedeu à análise das demonstrações financeiras, reportadas ao final do 4º trimestre (30 de Junho) da época 2006/2007.

Com vista à emissão da sua opinião sobre as referidas demonstrações financeiras, o Conselho Fiscal obteve, junto do Departamento Financeiro, os esclarecimentos e informações necessários e analisou o relatório do Revisor Oficial de Contas (ROC) sobre a revisão das contas da FPF relativas à época finda em 30 de Junho de 2007 e a Certificação Legal das Contas, datados de 16 de Novembro de 2007, que mereceram a sua concordância e cujo teor damos por integralmente reproduzidos.

No referido relatório do ROC são referidos os procedimentos adoptados e os testes e análises efectuados no tocante às reconciliações bancárias, verificação da situação fiscal e adequada contabilização dos impostos, reconhecimento de custos e proveitos, análise das operações e saldos com entidades relacionadas, bem como dos principais acontecimentos subsequentes à data de fecho do exercício.

Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal expressa a sua concordância com as demonstrações financeiras da FPF, relativas à época 2006/2007, reportadas a 30 de Junho de 2007, salientando as seguintes situações:

1. O resultado líquido positivo de 321 580 euros foi conseguido à custa dos resultados financeiros (592 523 euros) e ainda de resultados extraordinários (182 737 euros), estes últimos originados pela redução do valor das Provisões para Riscos e Encargos.
2. Os resultados operacionais estão influenciados pelo reconhecimento dos custos e proveitos relativos à participação no Mundial 2006, em consonância com a política contabilística, entretanto adoptada, de reconhecer os eventos desportivos na actividade operacional. Não obstante este evento ter originado um superavit de cerca de 6,58 milhões de euros, os resultados operacionais registaram um valor negativo de 453 680 euros.
3. No tocante às diversas rubricas que contribuíram para a formação do resultado operacional, sobressaem os custos com a arbitragem (4,825 milhões de euros, excedendo os respectivos proveitos em 3,445 milhões de euros) e os custos com os honorários de treinadores (4,318 milhões de euros, representando cerca de 21% dos fornecimentos e serviços).
4. Não obstante a confirmação das expectativas de obtenção continuada de proveitos significativos resultantes, designadamente, da constante participação da selecção AA nos campeonatos do Mundo e da Europa, bem como do aumento dos proveitos suplementares, especialmente os decorrentes de contratos publicitários, o Conselho Fiscal reitera a sua opinião (expressa no parecer sobre a proposta de orçamento para a época 2007-2008), quanto a necessidade, frequentemente manifestada pela Direcção, de se prosseguir o objectivo de equilíbrio sustentado da exploração da FPF.

Quanto à execução orçamental, tanto os custos como os proveitos se situaram abaixo dos valores previstos, registando graus de realização de 91,4% e 92,0%, respectivamente.

Lisboa, 21 de Novembro de 2007

Conselho Fiscal

Hugo Miguel Dias Puga

João Correia de Oliveira

Francisco Manuel Dias Simões

António Silva Pinto

Alfredo Maria Lança Silva

ÉPOCA DE 2006/2007

PARECER

Senhores Associados

Nos termos da alínea a) do nº 1 do Artº 43º, da secção 1ª - Capítulo V dos Estatutos da Federação Portuguesa de Futebol (FPF), vem o Conselho Fiscal emitir o seu parecer sobre o Balanço, Relatório e demais documentos de prestação de contas relativos à época 2006/2007, apresentados pela Direcção da FPF.

O Conselho Fiscal acompanhou a actividade desenvolvida pela FPF, nomeadamente através da leitura da documentação disponibilizada a cada um dos seus membros, reuniões e contactos com elementos da Direcção e Departamento Financeiro e análise da informação contabilística e financeira que periodicamente lhe foi disponibilizada.

O trabalho desenvolvido pelo Conselho Fiscal encontra-se, no essencial, retratado nas Actas das respectivas reuniões e nos relatórios trimestrais emitidos e tempestivamente remetidos à Direcção e a todos os Associados, através do Departamento Financeiro.

Com vista à emissão do seu parecer sobre as contas da FPF relativas à época de 2006/2007, o Conselho Fiscal analisou:

- O relatório de gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados por natureza e funções e demais mapas anexos e obteve os esclarecimentos e informações necessários junto do Departamento Financeiro;
- O Relatório Anual do Revisor Oficial de Contas, sobre o exame das contas da FPF, reportadas a 30 de Junho de 2006, e a respectiva Certificação Legal, com a qual concordamos e cujo teor damos por integralmente reproduzido.

Em consequência do trabalho realizado, o Conselho Fiscal expressa a sua concordância com as demonstrações financeiras da FPF, relativas à época 2006/2007, finda em 30 de Junho de 2007, salientando, no entanto, as seguintes situações:

1. O resultado líquido positivo de 321 580 euros foi conseguido à custa dos resultados financeiros (592 523 euros) e ainda de resultados extraordinários (182 737 euros), estes últimos originados pela redução do valor das Provisões para Riscos e Encargos.
2. Os resultados operacionais estão influenciados pelo reconhecimento dos custos e proveitos relativos à participação no Mundial 2006, em consonância com a política contabilística, entretanto adoptada, de reconhecer os eventos desportivos na actividade operacional. Não obstante este evento ter originado um superavit de cerca de 6,58 milhões de euros, os resultados operacionais registaram um valor negativo de 453 680 euros.
3. No tocante às diversas rubricas que contribuíram para a formação do resultado operacional, sobressaem os custos com a arbitragem (4,825 milhões de euros, excedendo os respectivos proveitos em 3,445 milhões de euros) e os custos com os honorários de treinadores (4,318 milhões de euros, representando cerca de 21% dos fornecimentos e serviços).
4. Não obstante a confirmação das expectativas de obtenção continuada de proveitos significativos resultantes, designadamente, da constante participação da selecção AA nos campeonatos do Mundo e da Europa, bem como do aumento dos proveitos suplementares, especialmente os decorrentes de contratos publicitários, o Conselho Fiscal reitera a sua opinião (expressa no parecer sobre a proposta de orçamento para a época 2007-2008), quanto a

necessidade, frequentemente manifestada pela Direcção, de se prosseguir o objectivo de equilíbrio sustentado da exploração da FPF.

Face ao exposto o Conselho Fiscal propõe à Assembleia Geral que aprove o Relatório e Contas referentes à época 2006/2007, apresentados pela Direcção.

Lisboa, 21 de Novembro de 2007

O Conselho Fiscal

Hugo Miguel Dias Puga

João Correia de Oliveira

Francisco Manuel Dias Simões

António Silva Pinto

Alfredo Maria Lança Silva